

Tática para a moratória já está definida

A.G.

O atraso no pagamento dos juros aos bancos privados, que ocorrerá inevitavelmente a partir de setembro caso não haja um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), será formalizado através de um comunicado do Governo brasileiro aos agentes financeiros atingidos pela moratória. "Se o credor não receber, ele saberá exatamente porque", afirmou ontem o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, depois de mais um dia de intensas reuniões em Brasília.

No segundo semestre vencem US\$ 3,7 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões em setembro. A medida em que as parcelas dos juros forem vencendo e o nível das reservas cambiais não comportar os pagamentos, os bancos receberão o comunicado do Governo brasileiro. É um procedimento diferente do adotado em relação ao Clube de Paris. Neste caso, há um esforço do Governo em caracterizar o atraso no pagamento dos US\$ 820 milhões como um "problema transitório" e que será sanado nos próximos dias, com a esperada recuperação das reservas. Por isso, não houve um comunicado informando os países credores do atraso.

O embaixador Marcílio Marques Moreira ainda acredita em um acordo com o FMI. "É possível um acordo transitório, de curto prazo", afirmou o embaixador. Mas hoje, no programa "Bom dia Brasil", da rede Globo, o secretário de Assuntos Internacionais do Mi-

nistério da Fazenda, Sérgio Amaral, deixou claro que não são remotas as possibilidades de uma solução global para a dívida externa no atual Governo. "Os sinais aparecem como uma luz no fim do túnel, mas, infelizmente, não se pode esperar uma solução no curto prazo".

Amaral acredita que na próxima semana o Brasil terá condições de iniciar os pagamentos ao Clube de Paris. Segundo ele, na segunda-feira, como consequência das medidas na área cambial, conseguiu-se US\$ 300 milhões em divisas — foram pagos US\$ 100 milhões e aumentaram-se as reservas em US\$ 200 milhões.

Com Sarney

O embaixador Marcílio Moreira conversa hoje com o presidente José Sarney para acertar os últimos detalhes da retórica que empregará com autoridades do Tesouro americano e do FMI para explicar a situação do balanço de pagamentos do País e as recentes medidas tomadas para preservar as reservas cambiais. Ele acredita que há condições de, partindo de uma argumentação política, sensibilizar aquelas autoridades em favor de um acordo com o FMI que evite a crise cambial brasileira.

"É importante que o próximo presidente assuma sem ter de enfrentar o risco de hiperinflação e de uma crise cambial", disse ele em uma entrevista à rede Manchete.

A saída do Ministério da Fazenda, após uma longa reunião

com Sérgio Amaral, preparando a documentação que leva sexta-feira para os Estados Unidos, o embaixador reafirmou suas esperanças em um acordo de curto prazo com o FMI, que viabilize a liberação de recursos do Fundo e de outras instituições num total de cerca de US\$ 3 bilhões. Essas liberações afastariam o risco de uma moratória no pagamento aos bancos privados a partir de setembro. Os exemplos da Argentina e Venezuela serão bons aliados nessa tarefa do embaixador.

Tática pronta

De qualquer forma, se não houver o acordo, o Governo brasileiro já tem tudo pronto para formalizar o não pagamento aos bancos privados. Serão preservados apenas os pagamentos dos juros relativos aos empréstimos de curto prazo que financiam o comércio externo brasileiro, as linhas de crédito interbancário (empréstimos dos bancos estrangeiros às agências de bancos brasileiros no exterior) e os pagamentos de juros e do principal das agências multilaterais.

O cuidado em evitar qualquer atitude de confronto com os credores pode ser medido pelo teor de telex que o ministro Mailson da Nóbrega enviou ao Comitê de Bancos na terça-feira. Nele, o Governo explica todas as medidas na área cambial, alerta para o risco de queima de reservas que o País está enfrentando, mas sequer menciona a possibilidade de atraso nos pagamentos.



Mailson empossou ontem a comissão de alto nível que reorganizará o mercado de capitais